



1737 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 01 - História da Educação

O lugar da escola primária: os espaços adaptados na história da educação de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX
Tatiane de Freitas Ermel - UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES

O estudo analisa os espaços adaptados para as escolas primárias, problematizando-os como elemento de permanência de um cenário escolar rio-grandense, na primeira metade do século XX. O corpus documental compreende os Relatórios da Diretoria de Instrução Pública e Diretoria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, assim como fotografias, projetos e plantas localizadas na Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas e nos acervos escolares. Dentre uma série de espaços adaptados no Estado, selecionamos dois casos, na cidade de Porto Alegre: do Colégio Elementar Souza Lobo, instalado em 1913 na zona norte da Capital e, o outro, do Grupo Escolar Voluntários da Pátria, alojado no ano de 1915, no centro. Constatamos que a adaptação de escolas primárias em espaços improvisados era uma prática frequente, sendo o mesmo alugado e/ou de propriedade do Estado. Também observamos uma crítica às despesas com o aluguel de casas e reformas para adaptações, sendo a construção de novos edifícios o modelo que deveria ser seguido para constituição de uma escola primária de qualidade, que vislumbrava uma formação física, moral e intelectual da infância.

Palavras chave: História da Educação. Escola Primária. Espaços Escolares. Colégio Elementar. Grupo Escolar.

O lugar da escola primária: os espaços adaptados na história da educação de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX

Resumo:

O estudo analisa os espaços adaptados para as escolas primárias, problematizando-os como elemento de permanência de um cenário escolar rio-grandense, na primeira metade do século XX. O corpus documental compreende os Relatórios da Diretoria de Instrução Pública e Diretoria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, assim como fotografias, projetos e plantas localizadas na Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas e nos acervos escolares. Dentre uma série de espaços adaptados no Estado, selecionamos dois casos, na cidade de Porto Alegre: do Colégio Elementar Souza Lobo, instalado em 1913 na zona norte da Capital e, o outro, do Grupo Escolar Voluntários da Pátria, alojado no ano de 1915, no centro. Constatamos que a adaptação de escolas primárias em espaços improvisados era uma prática frequente, sendo o mesmo alugado e/ou de propriedade do Estado. Também observamos uma crítica às despesas com o aluguel de casas e reformas para adaptações, sendo a construção de novos edifícios o modelo que deveria ser seguido para constituição de uma escola primária de qualidade, que vislumbrava uma formação física, moral e intelectual da infância.

Palavras chave: História da Educação. Escola Primária. Espaços Escolares. Colégio Elementar. Grupo Escolar.

Introdução:

As primeiras edificações para a escola primária no Brasil nos conduzem ao momento histórico da gênese da escola moderna, deixando de funcionar em espaços adaptados e passando a ocupar um prédio próprio e um lugar específico no cenário urbano. Analisando esta conjuntura, consideramos os espaços escolares, sobretudo a arquitetura escolar, como elemento educativo, compreendendo seus significados funcionais e simbólicos (Braster, Grosvenor, Pozo 2011; Burke & Grosvenor 2008; Escolano 1998, 2000, 2003; Chatelet 2006; Silva, 2002; Viñao 1996, 1998, 2008).

A necessidade de expansão do número de instituições primárias públicas, no Estado do Rio Grande do Sul, nos remete a presença discursiva em torno dos edifícios escolares como elemento fundamental para a qualidade do ensino. No entanto, a situação recorrente consistia na adaptação de escolas em edifícios não construídos para tal fim, o que não estava de acordo com as demandas pedagógicas e as recomendações sanitárias e higiênicas vigentes entre o final do século XIX e princípios do XX.

Conhecer os espaços onde funcionaram as instituições de ensino públicas possibilita compreender uma parcela significativa *do lugar* da escola primária no cenário rio-grandense, em grande parte do século XX. Na maioria dos casos, estes vestígios são difíceis de rastrear, tendo em vista que grande parte das edificações era alugada e não deixaram registros quanto às plantas e projetos e, nem sobre planos de adaptações e reformas. Demolidos para dar espaço a novos edifícios, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, esses espaços integram, de forma tímida e silenciosa, a história da educação.

Conforme nos coloca Viñao Frago, devemos atentar para estes espaços, pois projetados ou não, integram o patrimônio histórico-educativo, incluindo suas transformações ao longo de sua trajetória:

Los espacios escolares, edificados o no, e independientemente de su origen, forman ya parte del patrimonio histórico-educativo. Incluso, en sus sucesivas modificaciones y usos, - piénsese, por ejemplo, en las salas de usos múltiples convertidas en aulas por necesidades escolarizadoras o en las capillas transformadas en salones de actos -, o en su misma configuración y morfología, reflejan las ideologías o concepciones pedagógicas predominantes en cada caso, las culturas y tradiciones escolares y los cambios acaecidos en las mismas (VIÑAO, 2008, p.25).

Valendo-se dessa concepção acerca dos espaços escolares, o presente estudo selecionou dois espaços adaptados e reformados pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, sob a responsabilidade da Diretoria de Obras Públicas, para o funcionamento de escolas primárias

na cidade de Porto Alegre: o Colégio Elementar Souza Lobo, localizado na zona norte da Capital, integrava uma área industrial em desenvolvimento, no início do século XX, foi instalado em 1913, no edifício de uma antiga fábrica. Outro, consiste no Colégio Elementar Voluntários da Pátria, instalado no ano de 1915 em uma edificação que servia recepção de imigrantes no centro da cidade, público que a escola passou a atender ao longo da primeira metade do século XX.

Desde o ponto de vista metodológico, o estudo é de caráter documental historiográfico, consultando como corpus documental principal os Relatórios anuais da Diretoria de Instrução e Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul (1889-1930), objetivando identificar os espaços adaptados e as primeiras reformas empreendidas. Também, analisa fontes imagéticas como fotografias, projetos e plantas localizadas na Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas e nos acervos escolares.

O cenário da educação pública rio-grandense:

No início da República Brasileira, a situação precária da educação nacional provocou o acirramento das discussões em torno da necessidade quantitativa e qualitativa de instituições de ensino. Caberia a cada Estado organizar, implementar e fiscalizar a instrução primária, o que já estava previsto desde o Ato Adicional, de 1834^[1]. Com a Constituição de 1891, a autonomia estadual se concretizou de uma maneira mais ampla, dando plena expressão aos interesses de cada região, o que refletia no plano político, com a formação de partidos republicanos restritos a cada estado, onde tentativas de organização de grupos nacionais não obtiveram sucesso (FAUSTO, 2001).

Sob liderança do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)^[2] e com forte centralização política, a Instrução Pública no Estado do Rio Grande do Sul estava submetida à Secretaria de Negócios do Interior, a cargo da Diretoria de Instrução Pública e seu Diretor. Dentre outras atribuições, era recorrente diagnosticar os problemas educacionais, com base em levantamentos e dados estatísticos, por meio dos quais foi constatado que o analfabetismo atingia a grande maioria da população.

A necessidade de substituir gradativamente as casas alugadas pelos prédios próprios é um dos principais temas abordados pelo Diretor de Instrução Pública, já no final do século XIX, pois a escola deveria ser um espaço de formação humana e a projeção dos edifícios um objetivo a ser alcançado. Nas palavras do Diretor de Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Sul, os fins da educação primária eram amplos, e não consistiam apenas aos ensinamentos de ler, escrever e contar, mas um processor que abrange a tríplice natureza humana (Relatório de Instrução Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1896, p.297).

A escola primária era vislumbrada, na discursividade dos dirigentes políticos no Estado, como o “futuro dos povos”, um “sustentáculo dos governos republicanos”, valendo-se do princípio de uma formação integral – moral, física e intelectual. O ensino primário deveria compreender “o conhecimento e o uso da linguagem; o exercício e lógico desenvolvimento dos poderes físicos, morais e intelectuais; assim como as ideias e os conhecimentos que, iluminando a inteligência, lhe darão os materiais necessários para a vida do pensamento” (Relatório de Instrução Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1896, p. 299).

A organização da instrução primária no Estado do Rio Grande do Sul foi alterada de acordo com o decreto n. 1.479, de 25 de maio de 1909, que cria os colégios elementares em substituição aos colégios complementares, exceto a Escola Complementar de Porto Alegre, que continuaria funcionando. Foram organizados primeiramente no interior do Estado, sendo definido, em 1910, como uma conversão das escolas urbanas, onde seria ministrado o ensino graduado e ter uma fiscalização mais rigorosa. De acordo com a Diretoria da Instrução Pública do Estado,

Acredito que a conversão das escolas urbanas em colégios elementares produza melhores resultados, pela ampla fiscalização do ensino, seu método, exata regularidade do horário e, principalmente, pelo estímulo entre professores. Aham-se instalados 12 colégios como Vossa Excelência verificara pelo resumo seguinte: 9 foram instituídos em 1910 e 3 no corrente ano. Nestes estabelecimentos, onde o ensino é graduado, prevalece a divisão em classes, aprovada pelo art. 11 do decreto nº 1576, de 27 de janeiro de 1910 (Relatório de Instrução Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1911, p.16).

Os estudos acerca dos colégios elementares apontam para a institucionalização, a difusão do modelo escolar das escolas graduadas e a expansão do sistema público estadual de ensino. Luchese (2013) nos assinala que, ao refletirmos sobre esse modelo de escola urbana - seriada, com classes graduadas pela idade e grau de conhecimento – conhecemos as peculiaridades da história da educação do Rio Grande do Sul em relação ao restante do país. A mesma autora ainda salienta que, com base nesses estudos, podemos adentrar nas relações entre o prescrito e o realizado na expansão do grupo escolar como novo modelo de ensino primário no Brasil.

A criação dos colégios elementares – passagem da escola isolada para a escola graduada – segundo Peres (2010), significou a adoção de um novo modelo escolar no Estado do Rio Grande do Sul, constituindo reinvenção de uma cultura escolar primária pública. Esses colégios, constituídos a partir das experiências fracassadas dos antigos colégios distritais e complementares, foram instalados primeiramente pelo interior do Estado do Rio Grande do Sul, totalizando 12 estabelecimentos. A cidade de Porto Alegre, capital do Estado, ainda estava desprovida de um estabelecimento. O quadro a seguir apresenta os municípios sede, matrículas e frequência.

Quadro 1: Distribuição dos colégios elementares no Rio Grande do Sul (1912)

Sede de colégios	Matrículas	Frequência
Passo Fundo	247	230
Monte Negro	229	214
Bento Gonçalves	202	154
Santa Maria	187	165
São Sebastião do Caí	175	133
Rio Pardo	172	132
Bagé	166	120
Taquari	142	130
Encruzilhada	139	130
São João de Camaquã	132	120
São Jerônimo	129	119
Santa Cruz	119	90
Total	2.039	1.737

Fonte: Quadro produzido pela autora, de acordo com os dados do Relatório da Diretoria de Instrução Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1911, p.237.

Entre 1910 e 1913 foram instituídos 32 colégios elementares no Estado[3]. Em Porto Alegre, dois colégios elementares foram criados em janeiro e fevereiro de 1913, sendo, respectivamente, o Colégio Elementar Fernando Gomes, localizado no Primeiro distrito da capital, Rua Duque de Caxias e, o Colégio Elementar Souza Lobo, no Terceiro distrito, na Rua Bahia. O Colégio Fernando Gomes recebeu um prédio especialmente construído para tal fim, que foi entregue às aulas somente no ano de 1920, sete anos depois da criação do colégio[4].

Concomitantemente com o estabelecimento dos colégios elementares, começaram a ser instalados no Estado os grupos escolares. No início de 1915, três instituições iniciaram suas atividades, sendo que outros criados ainda não estavam funcionando. O primeiro grupo escolar de Porto Alegre foi instalado no ano de 1916, em um edifício do Governo, na Rua Voluntários da Pátria, centro de Porto Alegre. Após pouco mais de um ano de funcionamento, o Grupo Escolar, denominado Voluntários da Pátria, foi elevado à categoria de Colégio Elementar.

Quadro 2: Grupos Escolares (1915-1916)

Sedes	Matrícula	Frequência	Observações
Capital	152	----	Instalado recentemente
Cachoeira	280	225	Instalado em 1915
Dom Pedrito	285	247	----
São Luiz	145	---	----
Ijuí	311	280	Instalado no corrente ano
Alfredo Chaves	180	132	Instalado no corrente ano

Fonte: Quadro produzido pela autora, de acordo com os dados existentes no Relatório da Diretoria de Instrução Pública do Rio Grande do Sul, 1916, p.311

Com base neste panorama da instrução pública primária do Estado do Rio Grande do Sul, analisaremos dois casos pioneiros da cidade de Porto Alegre: o Colégio Elementar Souza Lobo e o Grupo Escolar Voluntários da Pátria.

Colégio Elementar Souza Lobo e Grupo Escolar Voluntários da Pátria

Um inventário realizado pelo governo do Estado, em 1917, indica que a cidade de Porto Alegre possuía apenas 4 edificações de propriedade do mesmo, ou seja, a maioria das escolas primárias estavam funcionando em espaços alugados pelo poder público. Além das duas instituições que são objeto deste estudo, era de propriedade do Estado os edifícios da Escola Complementar da Capital e da Escola da Avenida Bom Fim.

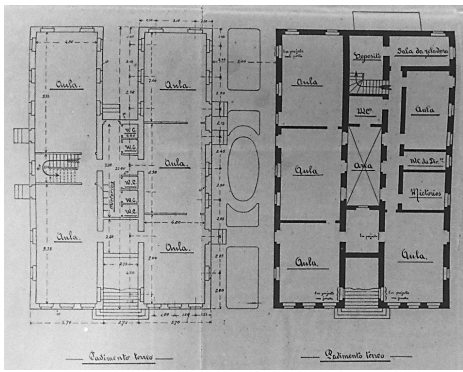
O Colégio Elementar Souza Lobo (1913) foi criado a partir do decreto n.1.197, de 20 de janeiro de 1913, e instalada em um terreno com 29 metros de frente, em uma edificação de propriedade da Associação Protetora da Infância, Avenida Bahia, número 948, zona norte da Capital. O bairro, Arrabalde de São João, estava em pleno crescimento operário no início do século XX, ao lado do Arrabalde Navegantes, que integrava uma área industrial em desenvolvimento, nesse mesmo período. Obras viárias buscavam soluções ao acesso dessa zona da cidade ao Centro e ao porto, como a abertura da Avenida Júlio de Castilhos e o calçamento da Rua Voluntários da Pátria. De acordo com Possamai (2009, p.153-154), era de interesse dos poderes públicos criarem escolas e moradias em zonas de intensa atividade fabril, necessário para alcançar o progresso econômico e o desenvolvimento harmônico da sociedade.

A Diretoria de Obras Públicas esteve encarregada da realização das obras de adaptação e, em 1916 salienta que foram realizados serviços de conservação no Colégio, tais como: a caiação interna e externa, concertos no telhado, nos esgotos e outras pequenas reparações fiscalizadas pelo Engenheiro Antônio de Siqueira (Relatório da Diretoria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, 1916, p.28). No ano de 1918 foi projetada pelo engenheiro João Pianca a construção e aberta a concorrência de mais dois pavilhões semelhantes aos que existiam, a fim de duplicar a capacidade de alunos (Relatório da Diretoria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, 1919, p.13).

O projeto de ampliação, composto por 2 edificações de dois pavimentos de proporção idênticas, seguiram o mesmo modelo e, supostamente, a mesma planta das duas primeiras edificações adquiridas pelo Estado para funcionamento das aulas[5].

A ligação se dava através de uma passagem no primeiro pavimento, o andar térreo de uma delas era composto por uma escadaria central e cinco (5) salas de aula, com sanitários e mictórios. No primeiro pavimento, o mesmo número de salas de aula, sanitários e um vestíbulo. No projeto 2, com as mesmas dimensões, temos igual número de salas de aula (5), sendo duas (2) em tamanho reduzido, pois previa a sala da zeladora, o depósito, um sanitário para alunos e outro sanitário da diretora, e mictórios. No primeiro pavimento estava previsto 4 salas de aula e a sala da diretora, um sanitário e um vestíbulo, conforme figura a seguir:

Figura 1: Projeto de aumento do Colégio Souza Lobo (s/d)



Fonte: acervo do Delfos – PUCRS

Finalizado o projeto de ampliação da escola, temos a presença das 4 edificações idênticas, conforme figura abaixo:

Figura 2: Colégio Elemental Souza Lobo (1919)



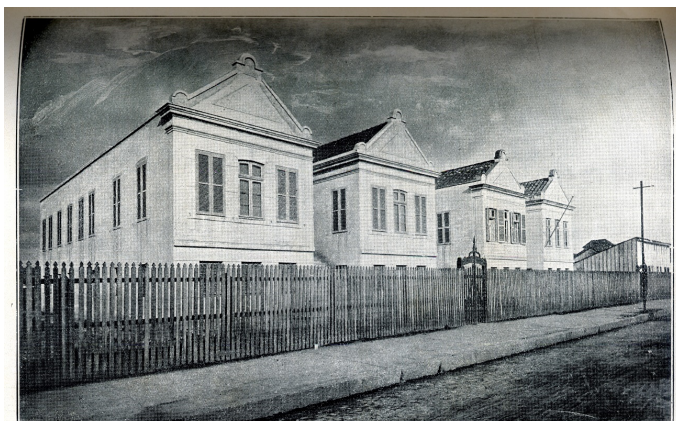
Collegio Elemental "Souza Lobo" (Arrabalde de São João)

Fonte: Relatório da Diretoria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, 1919, s/p.

Em 1920, o Colégio Souza Lobo passa por limpeza e pintura geral, revisão do seu serviço sanitário, abertura de um poço para fornecer água às privadas e mictórios e a arborização do terreno pertencente ao colégio. A Diretoria de Obras Públicas salienta que as condições higiênicas são "magníficas, isto é, muito ar, luz e bom serviço sanitário. É um dos melhores colégios de Porto Alegre" (Relatório da Diretoria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, 1920, p.11-12). No ano seguinte, a arborização do terreno é realizada e as obras de revisão dos sanitários concluídas.

No relatório de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, de 1924, são registradas algumas pequenas reparações realizadas no edifício, como o concerto da instalação sanitária e a extinção de algumas goteiras nos telhados dos pavilhões. Custaram estes pequenos trabalhos: 2:004\$000, sendo fiscalizados pelo o engenheiro Antônio Pires Pereira (Relatório da Diretoria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, 1924, p.73). Neste mesmo ano, o colégio integra o conjunto de fotografias de edifícios escolares, do Relatório de Instrução Pública, conforme figura 3:

Figura 3: Colégio Elemental Souza Lobo – Capital: zona suburbana (1924)



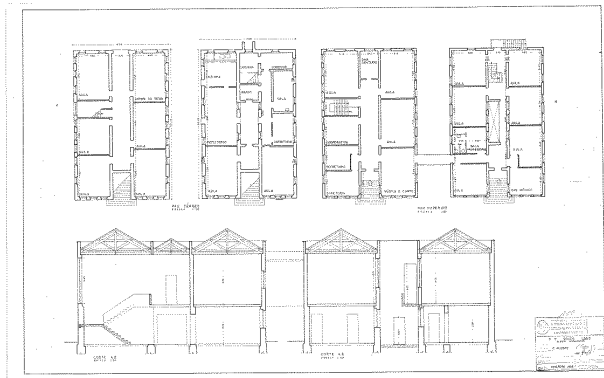
Collegio elemental "Souza Lobo" — Capital — (Zona sub-urbana).

Fonte: Relatório da Diretoria de Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Sul, 1924, s/p.

O edifício do colégio, posteriormente denominado Grupo Escolar Souza Lobo, segue sob a responsabilidade da Diretoria de Obras Públicas,

onde localizamos algumas plantas de reformas e adaptações. No ano de 1935 identificamos uma estrutura anexa, com a existência de dois pavilhões secundários, um de sanitário, com 3.85 por 9.65 metros e, o outro de ginástica, medindo 14.35 por 7.95 metros. De acordo com a planta do Grupo Escolar Souza Lobo, do ano de 1955 podemos visualizar alguns espaços que foram sendo incorporados, tais como: sala para jardim de infância, cozinha, refeitório, dormitório, cooperativa, secretária, gabinete dentário, gabinete médico, sala de música e canto e sala dos professores.

Figura 4: G. E. Souza Lobo. Planta Atualizada (1955)



Fonte: Acervo da Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

Em pesquisa no acervo escolar identificamos uma série de documentos, tais como: livros de matrículas e fotografias, de modo especial, sobre o período de direção de Branca Diva de Souza, que exerceu sua função neste cargo entre 1918 e 1939[6]. Dentre imagens da diretora em companhia de suas colegas professoras temos o registro de alunos, do edifício antigo e dois espaços internos, um deles do gabinete dentário e, a outra de trabalhos manuais realizados pelos alunos, conforme figura a seguir:

Figura 5: Trabalhos manuais dos alunos do Grupo Escolar Souza Lobo (s/d)



Fonte: Acervo da Escola Estadual Souza Lobo.

Em uma reportagem publicado no Jornal "A Voz da Escola"[7], a aluna Argemira Strano (14 anos, 5º ano C) apresenta uma detalhada descrição da escola no ano de 1938:

O nosso colégio

Situado no arrabalde de São João, com uma matrícula superior a mil alunos, o colégio "Souza Lobo" é um dos principais estabelecimentos de ensino de Porto Alegre. Consta de quatro pavilhões rodeados por um vasto terreno. Neste, brincamos e fazemos exercícios físicos, à sombra de velhos eucaliptos. Veem-se, no andar térreo do prédio, doze janelas gradeadas, de forma retangular. Duas escadas levam-nos ao primeiro andar. Este também apresenta doze janelas, um pouco maiores que as outras. Quase todas são gradeadas e arejadas. Estão confortavelmente mobiliadas com classes, armários, quadros negros e mesas. Nas paredes estão mapas, quadros de sistema métrico, de ciências, etc.... A biblioteca possui livros úteis e interessantes, que muito gostamos de ler. Existe no colégio um moderno gabinete dentário. Tudo isso é conservado com ordem e asseio. Gostamos do nosso colégio e, com prazer, o freqüentamos diariamente. Aqui encontramos bons colegas e aprendemos muita coisa, que mais tarde, nos será útil (A Voz da Escola, n. 2, abril de 1938, p.3).

O conjunto de quatro edificações idênticas foi demolido e no local foi inaugurado um novo edifício, em 1962. Pelo decreto número 17.312, de 18 maio de 1965, é criado o Ginásio Estadual no prédio onde se encontrava instalado o Grupo Escolar Souza Lobo. Em 1976, com o Decreto de unificação número 24.881, de 08 de setembro, passa a denominar-se Escola de Ensino Fundamental de 1º Grau e, desde dezembro de 2000, segue suas atividades sob a nomenclatura de Escola Estadual de Ensino Fundamental Souza Lobo. No edifício atual está conservado parte do acervo escolar e, apesar de não apresentar condições físicas adequadas, demonstra bastante interesse da equipe de funcionários. Cabe destacar que o edifício antigo integra parte da história da instituição, com fotografias onde é mencionada o período em que a escola funcionou neste espaço (1914-1962) e outras atividades com professores e alunos estão relacionadas à história da escola, tendo a representação da edificação antiga como um evocador da memória institucional.

No caso do Grupo Escolar Voluntários da Pátria, criado pelo decreto número 2.126, de 11 de março de 1915, foi instalado em um edifício na Rua Voluntários da Pátria, esquina com a Rua Almirante Barroso[8]. O local consistia em uma casa de recepção de imigrantes, recebendo uma série de reparos para o funcionamento das aulas, sob a fiscalização do engenheiro Antônio de Siqueira:

Foram realizadas as reparações gerais e as modificações necessárias para a adaptação e funcionamento de um Colégio elementar no antigo edifício, destinado a recepção de imigrantes, na Rua Voluntários da Pátria. As reparações consistiram em mudanças de paredes, para modificação das salas de aula, reforma completa dos serviços sanitários, pintura e limpeza geral, consertos nas ferragens das portas e janelas; enfim em todas as reparações imprescindíveis a boa conservação do prédio, inclusive o conserto das canalizações elétricas (Relatório da Diretoria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, 1916, p.32).

No entanto, cabe retomar alguns aspectos anteriores, como uma mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, do ano de 1912, onde é mencionada a aquisição de uma casa para acomodar imigrantes que chegavam à Capital, na Rua Voluntários da Pátria, número 483. Nesta ocasião, o edifício passou por reformas com a finalidade de melhor as condições higiênicas e oferecer conforto aos imigrantes (SILVA, 2011, p.66).

Figura 6: Hospedaria de imigrantes em Porto Alegre (1911)



Fonte: SILVA, 2014 p.67.

Ainda, com base nas mensagens da Assembleia Legislativa (1912), a mesma autora destaca que o espaço possuía “210 leitos de lastro metálico, disposto em dormitórios ventilados, uma enfermaria, um grande tanque dissolutor para esgotos e um reservatório de alvenaria, com capacidade de 500 litros para receber de um grande filtro a água destinada à alimentação” (SILVA, 2011, p.66). Em 1914, o decreto número 2.098, de 13 de junho, altera o regulamento em relação à recepção e instalação de imigrantes, considerando desnecessário mantê-la devido aos gastos elevados e ela é desativada. Dois anos após, conforme salienta o relatório, as obras são realizadas para receber o colégio elementar.

Em seu princípio, escola era composta, basicamente, por filhos de imigrantes italianos, poloneses e alemães, que residiam na região. Iniciou suas atividades com poucos alunos, sendo uma instituição mista. A fotografia a seguir registra um pequeno grupo de alunos na escadaria principal, com a presença da professora:

Figura 7: Colégio Voluntários da Pátria (s/d)



Fonte: <http://pufal.blogspot.com.br/2008/09/colgio-voluntrios-da-ptria-atual-camila.html>

A matrícula na década seguinte aumentou significativamente, chegando o mesmo a ser elevado à categoria de Colégio Elementar, pelo decreto 2.315, de 13 de janeiro de 1918. No ano de 1920 contava com uma matrícula de quatrocentos alunos, com frequência média de aproximadamente 330 (Relatório de Instrução Pública do do Estado Rio Grande do Sul, 1920, p.109). Em 1921, a Diretoria de Obras Públicas realiza novas reformas no edifício, sob a direção do engenheiro Antônio Pires Pereira, “diversas reparações e melhoramentos em ordem a aumentar a capacidade das aulas e algumas modificações necessárias ao seu funcionamento constituíram os trabalhos neste Colégio durante o ano findo” (Relatório da Diretoria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, 1921, p.12).

No conjunto fotográfico publicado em 1924 pelo Governo do Estado, o Colégio é representado no momento de saída dos alunos, com a presença da figura do diretor, em posição de destaque. Ainda, conforme podemos observar, na figura 8, temos a presença de duas professoras, com as meninas saem mais a frente e, os meninos, atrás acompanhados de outra professora, na parte superior da escadaria.

Figura 8: Colégio Elementar Voluntários da Pátria (1924)

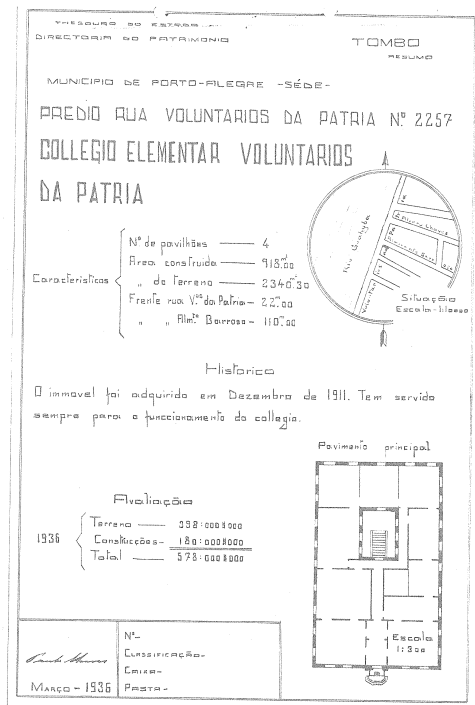


Colégio elementar "Voluntários da Pátria"
— Capital —

Fonte: Relatório da Diretoria de Instrução Pública do Rio Grande do Sul, 1924, s/p.

Em 1929, o colégio possuía 16 professores, com matrícula geral de 759 alunos, e frequência média de 504. Em março de 1936, a Diretoria de Patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul analisa as condições do edifício onde funcionava o colégio elementar, neste momento, sob a numeração 2.257, da mesma Rua Voluntários da Pátria.

Figura 9: Colégio Elementar Voluntários da Pátria (1936)



Fonte: Mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS

As características gerais de terreno compreendiam: área total de 2340.30 metros quadrados, sendo frente de 22.00 metros para Rua Voluntários da Pátria e 110.00 metros para Rua Almirante Barroso. A área construída, que englobava 918.00 metros quadrados, estava composta por 4 pavilhões. O edifício, formado por um pavimento principal estava neste momento dividido em 11 salas. Ainda, de acordo com a síntese das condições do local, temos um histórico que descreve apenas "O imóvel foi adquirido em dezembro de 1911. Tem servido sempre para o funcionamento do colégio" (Diretoria do Patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul, 1936), demonstrando o desconhecimento do Estado sobre o funcionamento anterior como residência de imigrantes nem as obras de adaptações realizadas para funcionamento do Grupo Escolar.

No ano de 1962, através do decreto número 14.345, de 14 de novembro, o Grupo Escolar Voluntários da Pátria passa a denominar-se Grupo Escolar Camila Furtado Alves^[9]. Atualmente segue suas atividades em novo edifício, sob a denominação de Escola Estadual de Ensino Camila Furtado Alves, com entrada pela Avenida Almirante Barroso, bairro Floresta.

Considerações finais

A escola primária no Estado do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX, foi organizada a partir dos colégios elementares, grupos escolares e escolas isoladas, sendo que nesta conjuntura a necessidade edifícios para o funcionamento das atividades de ensino consistia em um dos elementos fundamentais para a melhoria da educação. No entanto, a maioria das instituições estava instalada em prédios alugados, reformados e/ou adaptados. A finalidade anterior do prédio, quando possível de ser identificada, também apresenta peculiaridades, como de uma antiga fábrica, um teatro ou mesmo uma residência de recepção de imigrantes.

Tanto o Colégio Elemental Souza Lobo, como o Grupo Escolar Voluntários da Pátria, nos remete a história dos primeiros colégios elementares e grupos escolares instituídos no Rio Grande do Sul, conduzindo-nos à gênese da organização de uma rede de ensino pública no Estado. A escolha por estes objetos se justifica pela marginalidade em comparação aos edifícios construídos e monumentais, tendo em vista que os edifícios projetados e construídos simbolizavam as condições adequadas às demandas da pedagogia moderna, do ensino seriado, de melhores condições de saúde e higiene, dentre outras questões que envolviam a escola primária neste contexto.

Adentrar nas histórias dessas instituições vai ao encontro da riqueza documental e visual que estão registradas nos relatórios da Diretoria de Instrução pública e Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, nos aproximando de um cenário de permanência na educação rio-grandense, sendo que a maioria destas edificações foram substituídas por novas construções somente nas décadas de 1960 e 1970. Ainda, a necessidade de dar visibilidade e estimular novas pesquisas, nos diferentes acervos e arquivos, tendo em vista o movimento de fechamento das instituições estaduais empreendidas pelo atual governo.

Por fim, cabe reafirmar que os espaços escolares adaptados integram uma parcela significativa da história e da memória educativa rio-grandense e nacional, que apesar de não estarem mais materialmente presentes no cenário de Porto Alegre, integram nosso patrimônio imaterial da educação. Assim, o presente estudo histórico visa estimular outras tantas histórias e memórias através de narrativas orais, acervos públicos e privados, suscitando vozes e construindo o conhecimento em diálogo com as diferentes instituições e sujeitos integrantes da gênese da história da educação porto-alegrense.

Referências

A Voz da Escola, n. 2, abril de 1938.

BRASTER, Sjaak; GROSVENOR, Ian; POZO, María del Mar (eds.). *The black box of Schooling: a cultural history of the classroom* Brussels: Peter Lang, 2001.

BURKE, Catherine; GROSVENOR, Ian. (org.). *School*. London: Reaktion Books Ltd, 2008.

CHÂTELET, Anne-Marie. Ensaio de Historiografia I: A arquitetura das escolas no Século XX. Tradução Marcus Levy Albino Bencostta *Revista História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 20, set, 2006, p.7-38.

ESCOLANO, Agustín Benito. Arquitetura como Programa. Espaço-Escola e Currículo. In: Viñao, Antonio e Agustín Escolano. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p.19-57.

ESCOLANO, Agustín Benito. *Tiempos y espacios para la escuela. Ensaio Historico*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

ESCOLANO, Agustín Benito. The School in the city. Architectura as discourse and as text. *Paedagogica Historica*, v.39., n.1/2, 2003, p.55-64.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Editora: UFRGS, Porto Alegre. 4ª ed. 2006.

LUCHESE, Terciane Ângela. Da prescrição à realização: os colégios elementares como um novo modelo de escola primária no Estado do Rio Grande do Sul (1909-1927). In: *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação*. Cuiabá. Brasil. 2013. p.1-14.

PERES, Eliane. A escola graduada no Rio Grande do Sul no início do século XX: a implantação de um novo modelo e de uma nova cultura escolar. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWATZ, Cleonara Maria (org.). *História das culturas escolares no Brasil*. Vitória: EDUFES. Coleção Horizontes da pesquisa em História da Educação no Brasil, vol.1). 2010, p. 59-92

POSSAMAI, Zita. Uma escola a ser vista: apontamentos sobre imagens fotográficas de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 29, Set/Dez. 2009, p. 143-169.

Relatório apresentado ao Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott (Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior), em 31 de julho de 1896. Porto Alegre. Oficinas a vapor da Livraria Americana. 1896.

Relatório apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barboza Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antonio Alves (Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior), em 1911. Porto Alegre, Typographia da Livraria Universal de Carlos Echevique, 1911

Relatório apresentado ao Sr. Dr. Augusto A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antonio Alves (Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior), em 08 de setembro de 1913. Porto Alegre, Oficinas Graphics da Livraria do Globo, 1913.

Relatório apresentado ao Ex. Snr., General Salvador Ayres Pinheiro Machado vice-presidente em exercício do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antonio Alves (Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior), em 08 de setembro de 1916. Porto Alegre, Oficinas. Graphics a federação, 1916. vol.I.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves (secretário de Estado dos negócios do interior e exterior), em 30 de agosto de 1919. Oficinas Graphics d' A Federação, Porto Alegre, 1919, vol. I.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves (secretário de Estado dos negócios do interior e exterior), em 30 de agosto de 1921. Oficinas Graphics d' A Federação, Porto Alegre, 1921, vol. I.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves (secretário de Estado dos negócios do interior e exterior), em 06 de setembro de 1924. Oficinas Graphics d' A Federação, Porto Alegre, 1924. vol.I.

SILVA, Carlos Manique da. *Escolas belas ou espaços são? Uma análise histórica sobre arquitetura escolar portuguesa (1860-1920)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional (Memórias de Educação:11), 2002.

SILVA, Gabriela Ucoski da. *Histórias e aspectos do cotidiano da Hospedaria de Imigrantes do Cristal Porto Alegre (1890-1898)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre. PUCRS, 2014. 138f.

SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da Educação. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. Editora Autores associados. 1996. p. 55-68.

VIÑAO, Antonio Frago. *Espacio, Tiempo, Educación y Historia*. Morelia: IMCED, 1996.

VIÑAO, Antonio Frago. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: Viñao, Antonio e Escolano, Agustín *Currículo, espaço subjetividade: a arquitetura como programa*. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 59-139.

VIÑAO, Antonio Frago. Escolarización, edificios y espacios escolares. *Revista CCE. Participación Educativa*. Editorial: Historia de un olvido: patrimonio de los centros escolares. n.07, marzo., 2008, p.16-27

[1] O Decreto legislativo incorporado à constituição do Império, Ato Adicional de 1834, determinava a autonomia relativa das províncias, atribuindo às Assembleias Provinciais legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la (art.10, inciso 2). Desse modo, a instrução primária gratuita torna-se dever das províncias (SUCUPIRA, 1996).

[2] Foi a partir do Partido Republicano Rio-Grandense, criado em 1882, que se propôs a solução dos problemas do Estado através de um projeto de modernização, justificado a partir do conjunto de ideias elaboradas por Auguste Comte, vislumbrada na construção de uma sociedade racional, distinta da anterior.

[3] Em 1910, foram instituídos nos municípios de: Montenegro, Bento Gonçalves, Santa Maria, São Sebastião do Caí, Rio Pardo, Bagé, Encruzilhada, São Jerônimo e Santa Cruz. Em 1911 os municípios de: Taquari, Passo Fundo e São João de Camaquã. Em 1913: Jaguarão, S. Leopoldo, Livramento (ainda não funciona), Uruguaiana (ainda não funciona), Itaqui (recentemente instalado), São Borja (recentemente instalado), Alegrete (ainda não funciona), Quaraí (ainda não funciona), São Luiz (ainda não funciona), Dom Pedrito (ainda não funciona), Cruz Alta (ainda não funciona), Pelotas 1º (recentemente instalado), Pelotas 2º (ainda não funciona), Rio Grande 1º (ainda não funciona), Rio Grande 2º (ainda não funciona), Porto Alegre - 1º distrito (ainda não funciona), Porto Alegre - 3º distrito (ainda não funciona). Fonte: Relatório da Diretoria de Instrução Pública/RS, 1913, p.251.

[4] Entre os anos 1913 e 1920 o Colégio Elementar Fernando Gomes desenvolveu suas atividades em um outro espaço, não identificado na pesquisa, mas provavelmente próximo da região onde se construiu o prédio novo.

[5] O projeto de ampliação foi localizando no acervo do arquiteto Theo Wiederspahn (Wiesbaden - Alemanha, 1878 – Porto Alegre - Brasil, 1952), pertencente ao Delfos/PUCRS. Sobre, ver Weimer (2009).

[6] Alguns diretores da escola foram os professores: Odorico Álvaro Xavier (1914 – 1918); Branca Diva Pereira de Souza (1918 – 1939); Carmela D’Aloia Jamardo (1939 – 1948); Mary Mabilde (1948 – 1951); Amália Faerman Soares (1951 – 1956); Iolanda Gomes Klettner (1956 – 1959); Helena Przyłski (1959 – 1966); Dulce Terezinha Caron Scheeck (1966 – 1976); Maria Leontina Kúmmel Lopes (1977 – 1983).

[7] O Jornal Escolar “A Voz da Escola”, escrito com a participação de alunos do colégio Elementar Souza Lobo, foi localizado por uma professora em uma loja de livros antigos da cidade de Porto Alegre. Posteriormente, em visita à escola, foram localizados mais alguns exemplares, totalizando 11 números, entre 1934 e 1940.

[8] A Rua Voluntários da Pátria compreende uma extensa rua que vai do Centro até bairro Navegantes, na zona norte da Capital. Denominada no século XIX, de *Caminho Novo* recebeu o nome oficial em 1870, de Rua Voluntários da Pátria, sendo iniciado o calçamento da sua primeira quadra, até a Rua do Rosário. Também sofreu expansão com a implementação da ferrovia para o município de São Leopoldo, cuja estação foi edificada em 1874. Nas primeiras décadas do século XX recebeu novos trechos de calçamento, sendo sede de empresas e de intensa vida comercial do Centro da Capital, região de moradia de imigrantes (FRANCO, 2006, p. 432-433).

[9] Recebe esse nome em homenagem à teatróloga, conferencista, professora e membro da Academia de Literatura Feminina do RS.